

Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia

**EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO QUE VAI ALÉM DAS CRIANÇAS -
UMA EXPERIÊNCIA EM TRÊS PASSOS¹
CHILD EDUCATION: A RIGHT THAT GOES BEYOND CHILDREN AN
EXPERIENCE IN TRÊS PASSOS**

Carine Isabel Both Pinto², Noeli Valentina Weschenfelder³

¹ Projeto de Pesquisa em andamento no Curso de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

² Professora, Mestranda no Programa de Pós-Educação nas Ciências - UNIJUI, vinculada à Linha de Pesquisa Educação Popular em movimentos e organizações sociais. Bolsista Taxa CAPES.

³ Doutora em Educação pela (UFRGS); Mestre em Educação (UFSM); Professora titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí.

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre a educação das crianças pequenas em ambientes coletivos escolares, considerando o direito da criança assegurado em lei, a importância desta vaga para a família (em especial para a mulher quando marca seu retorno ao mercado de trabalho) e a participação destas nas instituições. O estudo aponta a importância de políticas que considerem as necessidades das famílias, assim como as necessidades das crianças. As brincadeiras e vivências na infância, caracterizam a Educação Infantil como um espaço de oportunidades que favorece tanto a criança como seus familiares, uma vez que lhes empodera. A experiência do município de Três Passos na busca pela ampliação da oferta de vagas é retratada neste artigo, ilustrando um período de tempo no qual esta categoria de ensino favoreceu toda uma comunidade.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the education of young children in collective school environments, considering the right of the child assured by law, the importance of this vacancy for the family (especially for women when it marks their return to the labor market) and their participation in institutions. The study points to the importance of policies which consider the family's needs as well as the children's needs. Playing and childhood experiences characterize Nursery Education as a space of opportunities that favors both the child and his or her family, once it empowers them. The experience of Três Passos city in searching for the expansion of vacancies is described in this article, illustrating a period of time in which this category of education favored a whole community.

Palavras-chave: Infância, Família, Vagas, Comunidade

Keywords: infancy; family; vacancies; community

Palavras Iniciais...

No presente ensaio, faço o convite a uma breve reflexão sobre a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e as relações que estabelece com as famílias brasileiras que necessitam

Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia

desse espaço como forma de organização familiar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define como finalidade da Educação Infantil, “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Art. 29 – Lei nº 12.796, 2013). Mas o que seria esta complementação? Um direito da criança ou um direito da família?

Na busca da educação e cuidado das crianças, família e escola estabelecem uma relação de proximidade e a sua efetiva existência representa uma política social para a infância e gênero, oportunizando igualdade entre homens e mulheres.

A criança pequena possui seus direitos assegurados em diversas legislações, como a Constituição Federal, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), entre outras. Estas leis afirmam a necessidade de um atendimento voltado a criança, considerando a cultura da infância. Aliado à isto, aparecem as necessidades das famílias brasileiras, destacando-se prioritariamente políticas de emprego, renda e saúde.

O momento do retorno da mulher ao mercado de trabalho representa um marco importante neste contexto. Ao término da licença maternidade, a escola de Educação Infantil torna-se uma alternativa às famílias, já que representa a assistência que necessitam. A escola oportuniza um espaço seguro para as crianças enquanto os pais trabalham.

Políticas destinadas às crianças deveriam trazer a todos os pais a garantia deste atendimento. Porém, como afirma Albuquerque (2010, p. 141)

(...) quando estes projetos não contemplam a demanda existente, vem à tona fragilidades que mostram a carência entre as três esferas de governo, federal, estadual e municipal, que através de seus ministérios e secretarias, confirmam a falta de ações articuladas, que devolvam a população seus direitos.

Muitas famílias se veem desassistidas e os índices de desigualdades só aumentam. Mães que lhe é negado o direito da criança à escola pública de Educação Infantil por falta de vagas, têm ceifadas as suas oportunidades de autonomia financeira e tem a constatação do direito de seu filho “roubado”, quando este é privado de um atendimento que contribui positivamente em seu desenvolvimento.

Metodologia:

A chegada de um bebê no contexto familiar é sem dúvidas um momento marcante. A rotina da família é alterada e a atenção se volta para aquele, que pequenino e frágil requer cuidados. Neste contexto, a mulher, de forma especial vive transformações, que iniciam pelo seu próprio corpo. Em meio a sonhos, expectativas, angústias e alegrias... a família se modifica e passa a apresentar novas necessidades, entre elas, o retorno para o mercado de trabalho e a existência de um lugar seguro para deixar este bebê. A família é convidada neste momento a fazer escolhas. Entre elas, optar por um cuidado individualizado ao bebê, feito por babás, um cuidado familiar realizado por parentes ou então, por uma educação na coletividade, a qual poderá acontecer tanto na rede pública de ensino, quanto privada.

Ao considerar a rede pública municipal, a escolha da família reflete em posicionamentos da Gestão que considerando o direito da criança assegurado em lei e a demanda por vagas, toma decisões.

Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia

Estas envolvem disponibilidade de estrutura física e de pessoal, índice de folha, entre outros investimentos, que bem planejados, repercutem em oferta de Educação Infantil para todos.

Neste contexto, a escola surge como uma esfera social mais ampla, que desloca a educação das crianças pequenas do âmbito da casa e da família, propondo um compartilhamento entre a família e o estado. As instituições de Educação Infantil, são apontadas como uma das medidas para efetivar responsabilidades sociais, em especial por colaborar com a promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. (Albuquerque, p. 141).

Possibilitar à criança a garantia de seu direito à educação, beneficia-lhe assim como beneficia sua família, o que ecoa em toda comunidade. É uma educação que se dá na coletividade por meio de múltiplas interações sociais, as quais garantem às crianças, oportunidades de desenvolvimento. As brincadeiras, as experiências, o cuidado, a troca, os estímulos, a segurança são alguns exemplos.

A Escola de Educação Infantil, à medida que oportuniza as vagas e recebe as crianças, deve considerar e acolher a comunidade que atende, respeitando suas condições de vida, trabalho dos pais, costumes, crenças, religiões, buscando desenvolver um senso de pertencimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que as instituições precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade (BRASIL, Parecer CNE/CEB, 2009, p.11).

A escola ao considerar a comunidade na qual a criança faz parte, acolhe sua história, respeita suas culturas, seus saberes e pensa formas de organizar a construção do conhecimento considerando o sentimento de pertencimento, dividindo com as famílias a tarefa de cuidar e educar estas crianças, potencializando-as como sujeitos de direitos capazes de contribuir na construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Resultados e Discussão:

O município de Três Passos, conforme dados da Secretaria Municipal de Planejamento, é formado por cerca de 24.000 habitantes, destes 1.999 crianças de 0 a 5 anos de idade. Localiza-se à 477 km da capital, Porto Alegre. Tem sua base econômica voltada a atividade agrícola mini fundiária. Destaca-se também no setor moveleiro e na produção têxtil. A mão de obra oriunda de homens e mulheres que através de suas rendas buscam o bem estar de seus familiares e acentuam o desenvolvimento do município.

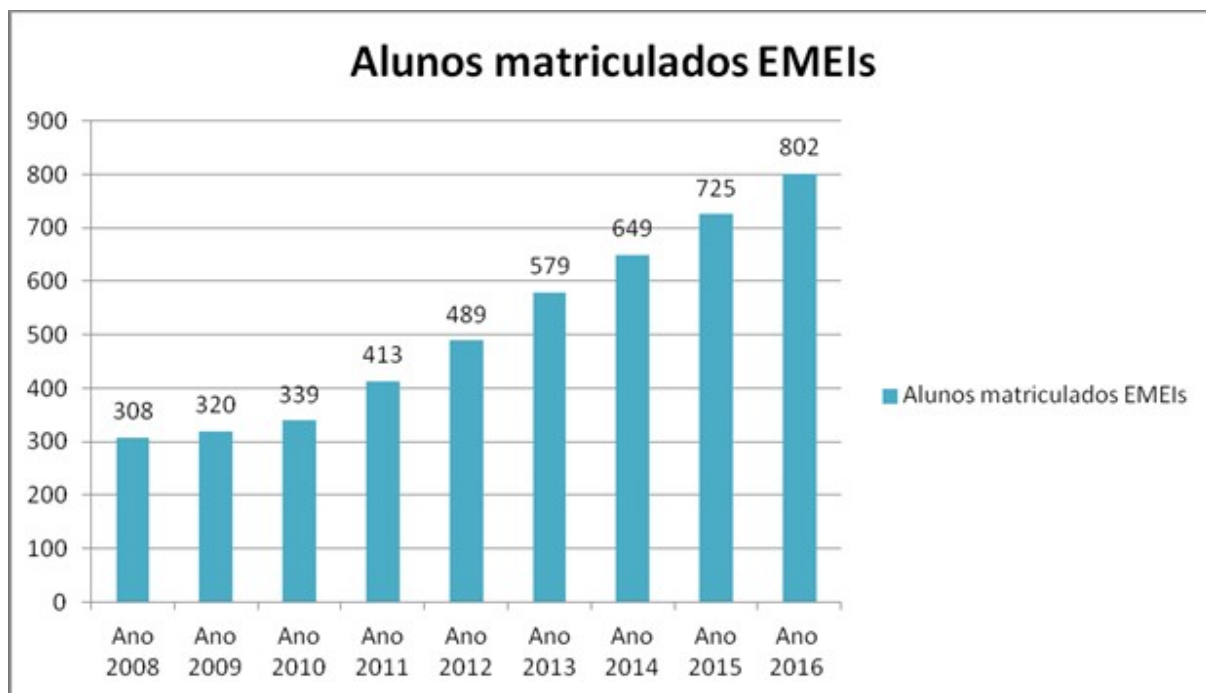
Em Três Passos existem 08 (oito) escolas de Educação Infantil, que atendem crianças de 04 (quatro) meses à 05 (cinco) anos de idade. O atendimento acontece em tempo parcial e integral, o que nem sempre foi assim.

Durante o período de 2009 à 2016 observou-se um sério movimento de ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil municipal. Isso se deu em razão de grande procura por vagas, onde a comunidade buscou apoio da administração municipal para construção de novas unidades escolares, suprimindo a carência existente.

Com o apoio do projeto Pró infância do Governo Federal e recursos próprios da Prefeitura Municipal, inúmeras famílias se beneficiaram, tendo o direito de seus filhos garantido. Assim, a rede que dispunha de 05 (cinco) unidades escolares passou a ser composta por 08 (oito) unidades.

Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia

O número de crianças atendidas aumentou consideravelmente, conforme mostra o quadro abaixo:



* Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Três Passos

A partir desta ampliação, as crianças em sua grande maioria, tiveram a matrícula garantida em tempo integral, o que favoreceu o cotidiano dos pais trabalhadores. Em um espaço próprio para crianças pequenas, puderam brincar e desfrutar de inúmeras experiências de aprendizagens, com toda a atenção e cuidado que lhes era devido. Foi um tempo especial, onde a comunidade três-passense expressou seu sentimento de reconhecimento.

Vital Didonet (2010 apud ALBUQUERQUE, p. 142) considera que a Educação Infantil é uma necessidade da sociedade e produz resultados. Sustenta-se pela ciências ao desvelar a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento, é essencial na aprendizagem e na formação da pessoa, com existência de benefícios sociais e econômicos significativos, sendo direito da criança.

Considerações Finais:

Nessa premissa, acredita-se que ofertar vagas para as crianças pequenas na Educação Infantil é uma resposta positiva às famílias que necessitam deste serviço e principalmente é oferecer para as crianças aquilo que lhes é de direito. Educar as crianças pequenas em parceria com as famílias, construindo vínculos com cuidado e responsabilidade torna-se fundamental para uma rede que almeja ofertar um serviço de qualidade. Para tanto, as escolas precisam acreditar em uma gestão participativa, que valoriza a opinião e a cultura dos pais, ajusta-se as suas necessidades e acredita que a escola pode se fortalecer nesta relação.

Conforme Fortunati (2009), "os benefícios da participação dos pais na proposta educacional,

Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia

repercute inclusive no que se refere a capacitar tanto as mulheres quanto os homens na construção de suas identidades de mães e pais, e na aquisição de uma consciência cada vez mais ampla sobre sua contribuição na educação de seus filhos nos primeiros anos de vida”.

Através da minha experiência há cerca de 08 (oito) anos junto à Secretaria Municipal de Educação de Três Passos, trago neste ensaio um pouco desta realidade, que atualmente já apresenta novos e intensos desafios. Entre eles, a lista de espera por vagas e o desejo de aproximar-se cada vez mais das famílias, constituindo um fazer pautado no respeito e nas significações.

Considero a Educação Infantil como um direito das crianças que vai além delas. Neste contexto, muitas são as histórias e as necessidades. As demandas familiares passam a compor o contexto escolar, que precisa acolhe-las e responder positivamente através de um atendimento que respeite a infância e contribua na constituição de uma comunidade ativa e participativa.

Referências :

ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Educação das crianças pequenas: da lógica cultural e familiar às políticas públicas – Educ. Real., Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 139-156, set./dez., 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade/

FORTUNATI, Aldo. A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: a experiência de San Miniato. Porto Alegre: Artmed, 2009